



A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO UMA IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA NO SÉCULO 21

Eliane Alves de Souza¹
Luciene Suzarte Santos²

RESUMO: O artigo aborda o tema Educação Financeira como um dos pilares do desenvolvimento econômico e social. O estudo apresentado no referencial teórico e documental verifica os conceitos sobre Educação Financeira e a vinculação desse tipo de informação à contribuição positiva para a Economia no século 21. Buscou-se reunir dados com o propósito de responder ao problema central da pesquisa: a Educação Financeira é uma contribuição importante para a Economia no século 21? A metodologia utilizada se ancora na pesquisa de sondagem como estratégia investigativa; nos métodos documentais, bibliográficos e estatísticos; como fonte de informações foram utilizados arquivos digitais e sites de instituições de pesquisa econômica e de trabalhos científicos na área. A originalidade dos dados da pesquisa é secundária; a pesquisa é de natureza básica e de natureza descritiva quanto aos objetivos. Os procedimentos técnicos utilizados foram bibliográficos e documentais, com temporalidade transversal. Pelos resultados obtidos, pode-se dizer que os países que mais investem e que já incluíram disciplinas de Educação

¹ Mestre e doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia – Py*; bacharel em Ciências Contábeis pela federação das faculdades Celso Lisboa – RJ, Brasil; especialista em Administração Estratégica pela UNESA – RJ, Brasil; servidora pública federal (UFRJ).

² Mestre em Ciências da Educação e doutoranda pela *Universidad Columbia del Paraguay*. Atualmente desenvolve a função de Coordenadora Pedagógica no Município de Caieiras – SP. Graduada em Pedagogia pela Uninove (Universidade Nove de Julho). Licenciada em História pela Faculdade Paulista São José. Graduada em Artes Visuais pela Universidade Lucinda de Moraes. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Nove de Julho, em Supervisão Escolar e Africanidade pela Faculdade de Conchas.



Financeira nos currículos escolares têm uma Economia economicamente mais sustentável, mais estável, em comparação com Economias dos países que ainda não o fizeram ou que o fizeram de forma ineficiente.

Palavras-Chave: Educação Financeira; Desenvolvimento; Economia.

FINANCIAL EDUCATION AS AN IMPORTANT CONTRIBUTION TO THE ECONOMY IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The article addresses the issue of Financial Education as one of the pillars of economic and social development. The study presented in the theoretical and documental framework verifies the concepts of Financial Education and the connection of this type of information to the positive contribution to the Economy in the 21st century. is an important contribution to the economy in the 21st century? The methodology used is anchored in survey research as an investigative strategy; in documentary, bibliographic and statistical methods; as a source of information, digital files and websites of economic research institutions and scientific works in the area were used. The originality of the survey data is secondary; the research is basic in nature and descriptive in nature in terms of objectives. The technical procedures used were bibliographic and documentary, with transversal temporality. From the results obtained, it can be said that the countries that invest the most and that have already included Financial Education subjects in school curricula have an economically more sustainable, more stable economy, compared to the economies of countries that have not yet done so or that have done so. inefficiently.

Keywords: Financial Education; Development; Economy

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo é voltado para a Educação e tem como principal objetivo geral analisar se a Educação Financeira é uma contribuição importante para a Economia no século 21.

Propôs-se neste estudo, como objetivos específicos, uma breve análise: do nível de endividamento das famílias brasileiras de acordo com as últimas pesquisas de institutos oficiais; das Economias dos países que adotaram a Educação Financeira nos currículos escolares; da adoção da Educação Financeira como política pública no Brasil.

Para fundamentação desta pesquisa, foram utilizadas como fontes de informações as pesquisas e indicadores do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) além de trabalhos científicos que estudam o fenômeno do endividamento e a importância da Educação Financeira nas Economias dos países.

O estudo justifica-se pela atualidade e relevância diante da preocupação global sobre o tema.

A partir destas informações, o artigo se norteia pela seguinte questão problema: a Educação Financeira é uma contribuição importante para a Economia no século 21?

Este artigo está estruturado em sete partes com esta Introdução; a segunda parte apresenta a Metodologia utilizada no presente estudo; na sequência, será apresentada uma breve análise do nível de endividamento da sociedade brasileira e uma abordagem sobre as Economias dos países que adotaram a Educação Financeira nos currículos escolares; em seguida, far-se-á uma reflexão crítica sobre

a adoção da Educação Financeira como política pública no Brasil. Por fim, nossas Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada se ancora na pesquisa do tipo sondagem como estratégia investigativa, pois de acordo com Diascânio (2020):

Geralmente, opta-se pelos estudos de sondagem quando o nível de ineditismo dos propósitos da pesquisa não é elevado, cuja temática necessita ainda ser mais estudada, quando se necessita levantar maiores esclarecimentos sobre o problema, ou coletar dados para se conhecer melhor as causas, comportamento e/ou as consequências do problema estudado. (DIASCÂNIO, 2020, p. 119).

Para o desenvolvimento deste estudo o Método Estatístico foi utilizado, pois na visão de Diascânio (2020 p. 121), ele “é utilizado em pesquisa cujos dados têm características numéricas, ou seja, quantitativos, originando tabelas e gráficos”.

Como fontes de informações foram utilizados arquivos públicos de instituições oficiais de pesquisas de dados econômicos. Diascânio (2020, p. 136), explica que “os arquivos públicos são locais de coleta de informações teóricas, legais, documentais ou estatísticas para a pesquisa”. Destarte, a originalidade dos dados da pesquisa é secundária.

De acordo com Diascânio (2020):

Fontes secundárias são aquelas que correspondem aos dados já coletados, utilizados e/ou modificados. São as interpretações e avaliações das fontes

primárias, sendo utilizadas agora para dar continuidade nos estudos da mesma matemática, porém sem a necessidade de o pesquisador ir a campo. Sua utilização está associada geralmente às pesquisas do tipo Documental, portanto, já se distanciaram da sua fonte de originalidade, pois outras pessoas já interferiram e modificaram a novidade, como, por exemplo, dados de pesquisas, artigos, arquivos. (DIASCÂNIO, 2020, p.137-138).

A pesquisa é de natureza básica, também chamada de pesquisa pura ou pesquisa fundamental. Ainda de acordo com o mesmo autor “a pesquisa básica se identifica por gerar novos conhecimentos científicos que não serão capazes de intervir ou modificar o fenômeno pesquisado, imediatamente depois de finalizada” e de natureza descritiva quanto aos objetivos. Essa afirmativa encontra respaldo na fala de Diascânio:

O objetivo de gerar uma pesquisa Descritiva se dá em função do pesquisador possuir embasamentos teóricos sobre a temática que já o possibilitem continuar e aprofundar ainda mais sobre o fenômeno pesquisado; então, ele se planeja para buscar novas informações a respeito do problema da pesquisa, e/ou das causas do problema, e/ou das consequências do problema estudado (DIASCÂNIO, 2020, p. 140).

A pesquisa classifica-se quanto à abordagem como quantitativa e os procedimentos técnicos utilizados foram bibliográficos e documentais, com temporalidade Transversal.

Pesquisa de temporalidade Transversal consiste na realização da fase de coleta de dados em um período específico de tempo menor que 3 anos, de modo a se obter um retrato instantâneo ou sincrônico dos seres, dados ou objetos investigados (DIASCÂNIO, 2020, p. 169).

UMA BREVE ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³, a Educação Financeira pode ser definida como:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, anexo)

Pela definição da OCDE, a Educação Financeira é um processo educacional que resulta no aprimoramento da compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, resultado de um conjunto de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo.

Segundo dados divulgados pela Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor

³ Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues>. Data de Acesso: 22/02/2022.

(Peic)⁴ da Confederação Nacional do Comércio (CNC)⁵, o percentual de famílias brasileiras endividadas alcançou a marca recorde de 75,6% em novembro de 2021. De acordo com o Relatório de análise Peic (2021, p.1), “mesmo com a alta da taxa juros, brasileiros seguem ampliando a contratação de dívidas”. De acordo com Ribeiro e Lara (2016),

O endividamento da classe trabalhadora no Brasil, nos anos 2000, está inscrito na dinâmica financeira em que o país se insere desde a década de 1990. A abertura financeira desse período dinamizou o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e possibilitou a criação e a expansão de uma série de produtos e serviços financeiros, que passaram a ser oferecidos aos estratos da classe trabalhadora até então “excluídos” do acesso ao crédito. (RIBEIRO e LARA, 2016, p. 341)

De acordo com a análise da Peic/CNC,

Com o endividamento recorde, o qual alcançou cerca de 12 milhões e 327 mil famílias em novembro, e os desafios econômicos impostos aos orçamentos domésticos, a inadimplência aumentou na passagem mensal, o que não ocorria desde fevereiro deste ano (PEIC/CNC, 2021, p.1).

Famílias com renda mensal acima de 10 salários-mínimos também estão num patamar de endividamento alto, com o percentual de 70,3%, o que demonstra que quando se trata de endividamento não estamos diante de uma questão exclusiva das famílias de baixa renda.

Segundo Ribeiro e Lara (2016):

O crédito que até certo período era destinado somente às empresas ou consumidores que apresentavam comprovação de renda ou propriedades, passa a ser também oferecido para frações assalariadas de médio, baixo ou nenhuma comprovação de rendimentos (RIBEIRO e LARA, 2016, p. 342).

Os gráficos a seguir demonstram a evolução do percentual de famílias brasileiras endividadas em que o período analisado foi de novembro de 2020 a novembro de 2021; e os principais tipos de dívidas:

PEICUSA | Endividamento Nacional e Inadimplência do Consumidor
Nível de Endividamento – Faixa de Renda

Nível de endividamento			
(Cheque pré-datado, cartão de crédito, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro)			
Novembro de 2021			
Categoria	Total	Renda Familiar Mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Muito Endividado	14,8%	16,2%	8,0%
Mais ou Menos Endividado	27,3%	28,2%	24,2%
Pouco Endividado	33,5%	32,6%	38,1%
Não Tem Dívidas desse Tipo	24,4%	23,0%	29,7%
Não Sabe	0,0%	0,0%	0,0%
Não Respondeu	0,0%	0,0%	0,0%
Famílias Endividadas	75,6%	77,0%	70,3%

Fonte: Peic/CNC (novembro de 2021)

⁴Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-novembro-de-2021/394846> Data de Acesso: 22/02/2022.

⁵Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/> Data de Acesso: 22/02/2022.



O gráfico abaixo apresenta o cartão de crédito como vilão absoluto entre os principais tipos de dívidas, pois é responsável por uma taxa de juros absurdamente alta:



De acordo com Ribeiro e Lara (2016):
Esse crescente endividamento ocorre principalmente por produtos e serviços financeiros como o cartão de crédito, por exemplo, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde à

maior parcela de endividadados (RIBEIRO e LARA, 2016, p. 345).

Costa (2008), citado por Ribeiro e Lara (2016, p. 346):

O maior destaque na proporção de endividadados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Para se adquirir um cartão de crédito em 1987 era necessária a comprovação de renda com no mínimo cinco salários-mínimos. Dez anos mais tarde já era possível ter um cartão de crédito com renda mensal de R\$ 200,00 e em alguns casos sem pagamento de anuidade. Em 2007 já existiam 83 milhões de cartões de crédito, sendo 15 milhões para trabalhadores com renda de até R\$ 500,00. O número de trabalhadores com essa renda que tinha adquirido cartão de crédito era de 5 milhões no ano 2000 (apud, COSTA, 2008, p. 158).

No ano de 2020, o Banco Central do Brasil (BACEN)⁶ publicou resultados de uma pesquisa que demonstrou o nível crescente de endividamento da sociedade brasileira na última década, ou seja, o problema já existia há uma década antes do início da pandemia, pois os dados foram colhidos no período de 2010 a 2019.



Fonte: Banco Central do Brasil – 2020

⁶ Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Data de Acesso: 22/02/2022.

Pelo nível de endividamento da população brasileira até aqui demonstrado pelos indicadores oficiais, conclui-se que o brasileiro não se enquadra na definição de Educação Financeira da OCDE no tocante a “compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros”. A pandemia só agravou um problema que já existia e em escala crescente de comprometimento da renda familiar.

ECONOMIAS DOS PAÍSES QUE ADOTARAM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Alguns países têm investido massivamente na alfabetização financeira, desde a educação infantil, com o firme propósito de ver estabelecida no futuro uma sociedade com inteligência financeira, capacitada para tomar decisões sobre finanças de forma consciente e otimizada, e sem dívidas. A alfabetização financeira é fundamental para o bem-estar financeiro das pessoas e para a saúde geral da Economia de um país. De acordo com a OCDE (2005), “a alfabetização financeira faz parte das noções básicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, mais justa e que garantirá o melhor desenvolvimento do país”. A OCDE considera, ainda que:

[...] à medida que o mercado financeiro fica cada vez mais sofisticado e as famílias assumem mais responsabilidades e risco por decisões financeiras, especialmente na área de previdência, é preciso haver indivíduos financeiramente educados para assegurar níveis suficientes de proteção do investidor e do consumidor, bem como o bom funcionamento não só do mercado financeiro,

mas também da Economia. (OCDE, 2005, anexo, p.1)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador social que avalia o desenvolvimento da sociedade nas seguintes dimensões: Educação, Saúde (expectativa de vida) e renda per capita. Países que apresentam os maiores IDH’s também estão nas melhores posições do Ranking de competência financeira do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) da OCDE (edição 2018), pois são os que mais investem em Educação Financeira, como a Estônia, Finlândia, Dinamarca, Canadá, Polônia, Austrália, EUA.

Ranking de Competência Financeira do PISA 2018, por país:

Posição	Países	Pontuação principal em 2018
1º	Estônia	547
2º	Canadá (províncias)	532
3º	Finlândia	537
4º	Polônia	520
5º	Austrália	511
6º	EUA	506
7º	Portugal	505
8º	Letônia	501
9º	Lituânia	498
10º	Rússia	495
11º	Espanha	492
12º	Eslováquia	481
13º	Itália	476
14º	Chile	451
15º	Sérvia	444
16º	Bulgária	432
17º	Brasil	420
18º	Peru	411
19º	Geórgia	403
20º	Indonésia	388
	Média OECD	505

Fonte: OCDE

A tabela a seguir traz a relação dos países mais desenvolvidos do mundo de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (IDH) 2019/2020. Os países que mais investem em Educação Financeira estão listados na tabela a seguir na categoria “Desenvolvimento humano muito elevado”:

Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2019/2020

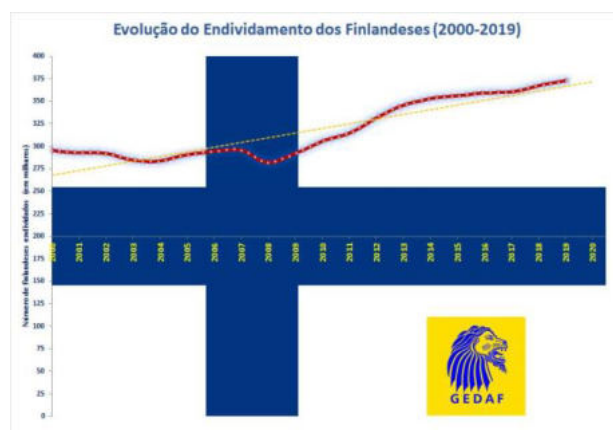
Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		Perda global (%)	Diferença da classificação do IDH ⁸
	Valor	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		
	2019	2019	2019	2019
Desenvolvimento humano muito elevado				
1 Noruega	0,957	0,899	6,1	0
2 Irlanda	0,955	0,885	7,4	-3
2 Suíça	0,955	0,889	6,9	-1
4 Hong Kong, China (RAE)	0,949	0,824	13,2	-17
4 Islândia	0,949	0,894	5,8	2
6 Alemanha	0,947	0,869	8,2	-4
7 Suécia	0,945	0,882	6,6	0
8 Austrália	0,944	0,867	8,1	-3
8 Países Baixos	0,944	0,878	7,0	0
10 Dinamarca	0,940	0,883	6,1	4
11 Finlândia	0,938	0,888	5,4	7
11 Singapura	0,938	0,813	13,3	-15
13 Reino Unido	0,932	0,856	8,1	-3
14 Bélgica	0,931	0,859	7,7	1
14 Nova Zelândia	0,931	0,859	7,8	0
16 Canadá	0,929	0,848	8,7	-1
17 Estados Unidos	0,926	0,808	12,7	-11
18 Áustria	0,922	0,857	7,1	3
19 Israel	0,919	0,814	11,4	-6
19 Japão	0,919	0,843	8,3	1
19 Listenstaine	0,919	-	-	-
22 Eslovénia	0,917	0,875	4,6	12
23 Coreia (República da)	0,916	0,815	11,0	-2
23 Luxemburgo	0,916	0,826	9,8	2
25 Espanha	0,904	0,783	13,4	-13
26 França	0,901	0,820	9,0	2
27 Chéquia	0,900	0,860	4,4	14
28 Malta	0,895	0,823	8,0	5
29 Estónia	0,892	0,829	7,1	9
29 Itália	0,892	0,783	12,2	-7
31 Emirados Árabes Unidos	0,890	-	-	-
32 Grécia	0,888	0,791	10,9	-3
33 Chipre	0,887	0,805	9,2	1
34 Lituânia	0,882	0,791	10,3	0
35 Polónia	0,880	0,813	7,6	6

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 2020 (Síntese) - PNUD

Neste contexto, a Finlândia pode ser apresentada como exemplo no que tange à análise de seu IDH associado aos investimentos em Educação Financeira pelo governo Finlandês. Alguns fatores fazem da Finlândia um dos países mais desenvolvidos do mundo com um modelo bem-sucedido de educação gratuita e universal, a sua elevada renda per capita, com políticas de igualdade social e longevidade além de ser referência em empreendedorismo. Segundo o Relatório

⁷ Disponível em: <https://portalods.com.br/publicacoes/relatorio-mundial-da-felicidade-2018/>. Data de Acesso: 22/02/2022.

Anual da Felicidade das Nações Unidas⁷, publicado em 2018, a Finlândia foi considerada a nação com pessoas mais felizes do mundo. Enquanto o percentual de famílias endividadas no Brasil alcançou a marca recorde de 75,6% em novembro de 2021, o percentual de Finlandeses endividados alcançou 7%, segundo dados publicados no Grupo de Estudos Dirigidos em Administração Financeira (GEDAF)⁸. Na última década (2000 a 2019), o número de finlandeses endividados aumentou 30%, passando de 295.000 a 380.000. O gráfico a seguir demonstra a evolução do endividamento dos Finlandeses (2000-2019).



Fonte: GEDAF

Mesmo diante do pequeno percentual de 7%, o país em questão investe em Educação Financeira com o objetivo de combater o endividamento da sua população, a partir de ações coordenadas de impacto ao sistema financeiro do país. O Banco Central dessa nação pretende compilar dados para a análise das melhores práticas de associações que já trabalham com a Educação Financeira,

⁸ Disponível em: <https://www.gedaf.com.br/finlandia-investe-em-educacao-financeira-para-combater-endividamento/> Data de Acesso: 22/02/2022.

objetivando ampliar o conhecimento e garantindo que todos os grupos da sociedade finlandesa recebam orientações. Ao final da análise das informações, o Banco Central finlandês estabelecerá metas para alfabetização financeira e selecionará fornecedores terceirizados para a coordenação da implementação do plano nacional a ser elaborado. As autoridades monetárias da Finlândia avaliam que o pagamento por meios digitais em substituição ao dinheiro em espécie desestimulou a disciplina nos hábitos de consumo da população. Outras medidas também estão sendo adotadas pelo governo Finlandês, como: limitar o financiamento de imóveis, implementação do Cadastro Positivo, aperfeiçoamento das regras sobre a concessão de crédito, soluções de alta tecnologia para educar os cidadãos sobre o uso do dinheiro, pesquisas sobre novas ferramentas baseadas em algoritmos de Inteligência Artificial (IA) que servirão de apoio à previsão do comportamento financeiro das pessoas e aconselhamento aos consumidores.

A ADOÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

A crise financeira de 2008 está na lista das maiores crises econômicas mundiais de todos os tempos. O subprime⁹ americano foi uma das maiores crises do século XXI, segundo a opinião de muitos economistas, que atingiu as Economias de todo o mundo. Subprime é um crédito de risco, concedido a um tomador que

não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa.

No Brasil, segundo Ribeiro e Lara (2016, p. 342):

O crédito que até certo período era destinado somente às empresas ou consumidores que apresentavam comprovação de renda ou propriedades, passa a ser também oferecido para frações assalariadas de médio, baixo ou sem nenhuma comprovação de rendimento. [...] O aumento da porcentagem do comprometimento da renda das famílias com as dívidas, que passou de 62%, em 1965, para 127% em 2005, corresponde à criação de produtos e serviços financeiros, principalmente pelas hipotecas imobiliárias, mas também pelos seguros, créditos para compra de automóveis, créditos para estudos e cartão de crédito. [...] Apesar de o crédito cedido ser mais modesto para os trabalhadores, é possível identificar que o endividamento e a inadimplência dos trabalhadores, no caso do Brasil dos anos 2000-2015, apontam transformações importantes na dimensão objetiva da classe trabalhadora em relação à sua renda e o consumo. Os produtos e serviços financeiros passaram a ser ofertados para as diversas frações de renda dos assalariados. Se somarmos às políticas sociais compensatórias, destacando-se o programa Bolsa Família, o quadro financeiro adquire a tendência crescente da “bancarização” dos indivíduos. (RIBEIRO e LARA, 2016, p.342-344)

⁹ Leia sobre: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Subprime> e <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008> Data de Acesso: 22/02/2022.

A partir dessa abertura de crédito para os trabalhadores de baixa renda é que desencadeou uma crise econômica-financeira mundial a partir dos Estados Unidos. A inclusão dos trabalhadores de baixa renda ou de renda não comprovada na aquisição dos produtos do mercado financeiro é chamada de “bancarização”. Com a grande possibilidade de inadimplência que ameaçava a estabilidade e sobrevivência do mercado financeiro, um movimento global foi levantado em favor da expansão da Educação Financeira como política pública.

De acordo com a OCDE (2013, p. 17), “a existência de uma estratégia nacional de educação financeira favorece a promoção do tema no país e cria diretrizes para balizar iniciativas concretas”. Segundo Ribeiro e Lara (2016, p. 344), “a “educação financeira” é a mais recente “inovação” em busca de aprimoramento dos produtos financeiros e contenção dos riscos de crises sociais”. Os referidos autores fazem uma análise crítica da Educação Financeira promovida e capitaneada pelo Mercado Financeiro. Ainda de acordo com Ribeiro e Lara (2016), “a “educação financeira” surge como ideologia estratégica do capital financeiro, com o objetivo de manipular o consumo e controlar os riscos de inadimplência”.

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)¹⁰ foi criada em 2010 pelo Decreto Federal 7.397, e renovada pelo Decreto Federal 10.393 de 9 de junho de 2020. De acordo com o site

www.vidaedinheiro.gov.br a ENEF é “uma mobilização em torno da promoção de ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes”. Para a ENEF, a Educação Financeira, configura-se como:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BACEN, 2010, p. 3).

Diversos autores desenvolvem análises críticas ao projeto da ENEF como, por exemplo, VIEIRA e PESSOA (2020), sobre a capacitação dos professores quanto à abordagem do tema em sala de aula. Conforme VIEIRA e PESSOA (2020, p. 667): “[...] ainda há professores que não sabem como abordar o tema em sala de aula, escolas que ainda não organizaram sua matriz curricular para trabalhar de forma transversal e interdisciplinar e processos formativos que orientem os professores

¹⁰ Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br> – Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) Data de Acesso: 22/02/2022.

quanto ao trabalho com a EF”. Para as autoras supracitadas,

Trabalhar com a EF sempre será uma zona de risco, pois, discutir um tema que ao contrário de muitos, não apresenta conteúdos delimitados, requer um investimento maior de tempo, planejamento e pesquisas por parte do professor que busca sair da zona de conforto que lhe cerca e trabalhar a temática, com vistas a desenvolver uma consciência crítico-reflexiva. Para que isso seja possível, é necessário um ensino que se contraponha ao modelo bancário das instituições financeiras, que consiste em poupar para consumir posteriormente. Defendemos que o ensinamento da EF deve ir além dessas questões, buscando desenvolver a consciência crítico-reflexiva nos educandos, por meio de uma aprendizagem contextualizada, frente às questões do cotidiano, relacionando-as à diferença entre querer e precisar, consumismo, sustentabilidade, poupança, tomada de decisão e reflexões sobre as influências da mídia no consumo. (VIEIRA e PESSOA, 2020, pp. 668-669)

Um ponto de intercessão entre vários autores que analisam criticamente a ENEF no Brasil é a necessidade da introdução dos estudantes no universo do dinheiro, das finanças e do consumo, despertando neles o desenvolvimento de uma consciência crítica/reflexiva sobre as diversas questões que envolvem o dinheiro e o consumo, vida pessoal, familiar e social. Santos (2017), por exemplo, aborda temáticas que podem ser trabalhadas na sala de aula:

Situações de compra e venda com discussões sobre consumo consciente, querer versus precisar, pesquisa de preços, qualidade x preço,

dentre outros que ajudem em reflexões acerca da EF. Além disso, destaca-se a importância de que temáticas como economia, poupança e importância de planejamento e de um controle de gastos sejam, também, discutidas com os alunos (SANTOS, 2017, p. 03).

Ainda segundo Vieira e Pessoa (2020, p. 684), “a perspectiva de educação financeira da ENEF é previdenciária, de seguros e de produtos financeiros...”. As referidas autoras defendem o seguinte perfil pedagógico para a ENEF no Brasil:

Defendemos e acreditamos que a EF deve ir para além das questões mercadológicas, através de um processo educativo, que faça com que os estudantes sejam introduzidos no universo do dinheiro, mas que desenvolvam uma consciência crítica e reflexiva e saibam tomar decisões frente às mais diversas questões financeiras, que tenham consciência das armadilhas do marketing, que consigam distinguir um desejo de uma necessidade e que tenham consciência de que o consumismo gera consequências não apenas financeiras, mas de impacto no meio ambiente (VIEIRA e PESSOA, 2020, 684).

Pode-se afirmar que além do Governo Federal, há várias iniciativas da sociedade civil, do mercado financeiro, de expansão da Educação Financeira: Bancos, Corretoras de Investimentos, ONGs, Conselhos Profissionais etc., enfim, todos oferecendo cursos de Educação Financeira. Há cursos online, gratuitos, patrocinados por autores de livros de Educação Financeira, por exemplo! Porém, as iniciativas embora sejam positivas e necessárias, o foco da formação do indivíduo no trato de assuntos ligados às finanças não deve ser o “poupar” para “comprar”, somente.



A Educação Financeira objetiva a mudança de comportamento do consumidor e mudanças de comportamento demoram nos seres humanos. É uma mudança de paradigma, de visão de futuro, de responsabilidade com o meio ambiente, de consciência. Por essa razão, a melhor época para iniciar a Educação Financeira é na infância, na mais tenra idade, se possível. Não que educar financeiramente um adulto seja impossível, porém, é mais penoso! E, frequentemente, quando um adulto começa a se importar por esse tipo de informações é porque as dívidas já chegaram às suas finanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo às análises dos objetivos específicos deste estudo com respeito ao nível de endividamento das famílias brasileiras, de acordo com as últimas pesquisas de institutos oficiais: não há como questionar dados quantitativos oriundos de pesquisas qualificadas. O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, gerações à frente, quanto à Educação Financeira de seus futuros e atuais cidadãos consumidores e vislumbrar uma Economia saudável e equilibrada. O endividamento da sociedade brasileira é o resultado de várias gerações ignorantes quanto ao trato das finanças pessoais, sem inteligência financeira, manipuladas pelo marketing, pela necessidade de autoafirmação por meio do consumismo. No Brasil ainda falta uma política educacional eficiente nesta área.

Com respeito às Economias dos países que adotaram a Educação Financeira nos currículos escolares, os índices de desenvolvimento humano são bônus de políticas públicas bem estruturadas, eficientes, que valorizam e capacitam seus professores.

Assim sendo, a adoção da Educação Financeira como política pública no Brasil ainda precisa ser aprimorada, pois os resultados estão estampados numa sociedade endividada, consumista, ignorante quanto ao valor do dinheiro no tempo, às taxas de juros, aos riscos que envolvem operações financeiras.

Por fim, respondendo ao problema da pesquisa: sim, a Educação Financeira é uma contribuição muito importante para a Economia no século 21. A pergunta parece ingênua e a resposta parece óbvia, porém, estamos vivendo tempos em que o óbvio não está sendo atendido. A Educação Financeira contribui para a preservação do meio ambiente, pois desconstrói a cultura do consumismo. Esse tipo de educação também preserva o valor da moeda, uma vez que o uso inteligente do dinheiro ajuda a diminuir drasticamente a inadimplência resultando na queda das taxas de juros e da inflação. Há várias intervenções positivas da Educação Financeira na Economia de um país e toda colaboração é bem-vinda; porém, o Ministério da Educação deveria ser sempre o “piloto” de todas as iniciativas educacionais.

REFERÊNCIAS

BACEN. Banco Central do Brasil (BACEN). (2010). **Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira**. BCB: Brasília.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (). (2021). Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. CNC: Brasília.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos e crédito no Brasil: 1945-2007. História e Economia**, revista interdisciplinar, São Paulo, v. 4, n. 2, 2008

DIASCÂNIO, José Maurício. **Etapas da pesquisa científica** – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.

LARA, R.; RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, p. 340-359, 2016.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2013). **National Strategies for Financial Education**. OECD: França.

OECD. **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)**. (2005). Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe

PISA 2018: Insights and Interpretations. Results. Volume I, What Students Know and Can Do, provides a detailed examination of student performance in reading, mathematics and science, and describes how performance has changed since previous PISA assessments. <https://doi.org/10.1787/5f07c754-en>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (RDH-PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. A próxima fronteira. O desenvolvimento humano e o Antropoceno**. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf. Data de Acesso: 22/02/2022.

SANTOS, L. T. (2017). **Educação financeira em livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental: Quais as atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?** [Dissertação de mestrado em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco].

VIEIRA, Glauciane Silva; PESSOA, Cristiane Azevedo. **Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais?** Financial education around the world: how are national strategies organized? Educação Matemática Pesquisa, v. 22, p. 658-688, 2020.